

# Deputados mantêm prisão de deputado que atacou ministros do STF; 4 do Pará queriam soltura

Deputado federal Daniel Silveira aparece falando no telão da Câmara durante sessão em que colegas decidiram mantê-lo preso Foto: Imagem: REUTERS/ADRIANO MACHADO) –

A Câmara dos Deputados decidiu manter o parlamentar bolsonarista Daniel Silveira nesta sexta-feira (19), por 364 votos a favor e 130 a favor da soltura.

A Câmara dos Deputados decidiu manter a prisão em flagrante e sem fiança do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), detido desde terça-feira (16) no âmbito de inquérito do Supremo Tribunal Federal que investiga notícias falsas (fake news), calúnias, ameaças e infrações contra o tribunal e seus membros. A decisão foi transformada em resolução promulgada na própria sessão.

Foram 364 votos a favor do parecer da relatora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), deputada Magda Mofatto (PL-GO), que recomendou a manutenção da prisão considerando “gravíssimas” as acusações imputadas ao parlamentar. Foram 130 votos contra e 3 abstenções.

Entre os 17 parlamentares que representam o Pará na casa, 13 votaram com a maioria.

Já Eduardo Costa, Paulo Bengtson, Joaquim Passarinho e Eder Mauro queriam o relaxamento da detenção.

**Veja como votou casa deputado paraense:**

<b>Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Voto</b>
Airton Faleiro	PT	PA	SIM
Beto Faro	PT	PA	SIM
Cássio Andrade	PSB	PA	SIM
Celso Sabino	PSDB	PA	SIM
Cristiano Vale	PL	PA	SIM
Elcione Barbalho	MDB	PA	SIM
Hélio Leite	DEM	PA	SIM
José Priante	MDB	PA	SIM
Júnior Ferrari	PSD	PA	SIM
Nilson Pinto	PSDB	PA	SIM
Olival Marques	DEM	PA	SIM
Vavá Martins	REPUBLICANOS	PA	SIM
Vivi Reis	PSOL	PA	SIM
<b>Deleg. Éder Mauro</b>	<b>PSD</b>	<b>PA</b>	<b>NÃO</b>
<b>Eduardo Costa</b>	<b>PTB</b>	<b>PA</b>	<b>NÃO</b>
<b>Joaquim Passarinho</b>	<b>PSD</b>	<b>PA</b>	<b>NÃO</b>
<b>Paulo Bengtson</b>	<b>PTB</b>	<b>PA</b>	<b>NÃO</b>

Arte DIÁRIO ON LINE DOL

Daniel Silveira gravou e divulgou vídeo em que faz críticas aos ministros do Supremo, defende o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e a substituição imediata de seus integrantes. Após a prisão determinada pelo ministro Alexandre de Moraes e referendada pelo Supremo, coube à Câmara decidir se ele continua preso ou não, conforme determina a Constituição.

A relatora ressaltou que nenhuma autoridade está imune a críticas, mas “é preciso traçar uma linha clara entre uma crítica contundente e um verdadeiro ataque às instituições

democráticas”. Ela afirmou que o comportamento de Daniel Silveira tem se mostrado frequente no ataque a minorias e ao Estado democrático de Direito.

Por: JORNAL FOLHA DO PROGRESSO

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) e-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com)/ou e-mail: [adeciopiran.blog@gmail.com](mailto:adeciopiran.blog@gmail.com)

<https://www.folhadoprogresso.com.br/pesquisa-aponta-medo-dos-pais-no-retorno-dos-filhos-as-escolas-publicas/>

---

## [Câmara aprova texto-base de MP que visa conter alta nas tarifas de energia](#)

A Câmara dos Deputados aprovou em plenário, na noite de quarta-feira (16), o texto-base da Medida Provisória 998/2020, que tem como objetivo conter uma tendência de alta nas tarifas de energia no país, principalmente em estados do Norte e Nordeste.

Os parlamentares aprovaram um substituto apresentado pelo relator da matéria, deputado Léo Moraes (Podemos-RO), e ainda serão votados separadamente destaques que podem alterar o texto, de acordo com a Agência Câmara Notícias.

A medida prevê abater aumentos tarifários com o uso de parte dos recursos que empresas do setor elétrico deveriam direcionar obrigatoriamente a projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) entre 2021 e 2025. Ela também inclui dispositivos vistos pelo governo como importantes para viabilizar a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3.

Os recursos de pesquisa a serem direcionados ao alívio de tarifas representarão 30% do total que as empresas precisariam aplicar em P&D, e recursos para projetos já contratados ou iniciados serão preservados.

A MP também prevê a retirada gradual de subsídios concedidos a usinas de geração eólica e solar, que o governo alega não serem mais necessários devido ao amadurecimento da tecnologia.

O relator da MP mudou o texto original para estender o prazo desses benefícios, para 12 meses a promulgação da lei. Antes, o prazo dado era de 12 meses a partir de setembro de 2020.

Ainda assim, a previsão de retirada desses incentivos recebeu críticas durante a sessão, com alguns parlamentares alegando que fontes de geração poluentes, como termelétricas a óleo, seguirão sendo beneficiadas por subsídios.

“Se vai retirar subsídio da energia limpa, que se tire da suja também. Não faz sentido manter subsídio para usinas de diesel”, afirmou o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP).

Já o deputado Danilo Forte (PSDB-CE) afirmou que a MP pune particularmente o Nordeste, grande produtor de energia eólica e solar. “Enquanto o país gasta R\$ 40 bilhões ao ano em subsídio para usinas térmicas, apenas 4,2 bilhões de reais vão para energia eólica e solar.”

Uma emenda acatada parcialmente pelo relator também permite que distribuidoras de energia apliquem recursos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias para armazenamento de energia solar, eólica e biomassa.

A MP aprovada também traz dispositivos que tratam da usina nuclear de Angra 3. Na época da publicação da medida, o governo disse que o objetivo era permitir a estruturação financeira do empreendimento para permitir sua retomada de obras e conclusão.

A usina nuclear de Angra 3, que pertence à Eletronuclear, da Eletrobras, está com obras paralisadas desde o final de 2015. O BNDES está apoiando a companhia na definição de um modelo de negócio que permita a retomada.

Foto: Reuters/Ueslei Marcelino

Por: Luciano Costa, da Reuters/ CNN

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) e-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com)/ou e-mail: [adeciopiran.blog@gmail.com](mailto:adeciopiran.blog@gmail.com)

<http://www.folhadoprogresso.com.br/resultado-do-edital-para-elaboradores-de-itens-do-enem-e-divulgado/>

---

# Governo Bolsonaro barra liberação de emendas e condiciona dinheiro a voto em Lira na eleição da Câmara

Na sede do PSB, reunião de lideranças dos partidos de esquerda, Milton Coelho, secretário do PSB, Carlos Lupi, presidente do PDT, Luciana Santos, presidente do PCB, Carlos Siqueira, presidente do PSB e Gleisi Hoffmann. 31/07/2018 (Foto: Daniel Marenco/Agência O Globo)

Além de avaliar uma reforma ministerial para atrair votos à candidatura de Arthur Lira (PP-AL) ao comando da Câmara dos Deputados, o Palácio do Planalto tem associado a liberação de recursos de emendas parlamentares ao apoio para o candidato do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

De acordo com relatos de líderes partidários e deputados governistas, integrantes de partidos do centrão foram orientados a buscar Lira para definir a liberação de verbas acertadas na aprovação do PLN 30, projeto de lei que abriu crédito suplementar de quase R\$ 6,1 bilhões a oito ministérios.

A postura causou irritação em deputados de siglas de centro –entre elas PTB e PROS– que não são alinhadas diretamente ao governo federal e para quem a medida representa uma intimidação a fim de angariar votos para Lira.

A briga pela sucessão de Rodrigo Maia (DEM-RJ) na presidência da Câmara está cada vez mais acirrada, com os pré-candidatos lutando por votos de cada partido, especialmente da oposição. A eleição será em fevereiro.

A candidatura de Lira será lançada oficialmente nesta quarta-feira (9), em um evento no qual o deputado deverá anunciar os partidos que estão com ele até aqui.

Do outro lado, o grupo que orbita Maia também pretende formalizar nesta quarta-feira (9) o bloco de siglas que vão encampar uma candidatura do grupo, cujo nome ainda não foi definido.

O PTB, presidido pelo ex-deputado federal Roberto Jefferson, aliado de Bolsonaro, fazia parte do bloco liderado por Lira, mas deixou o grupo em outubro para formar outro, junto com PSL e PROS.

Embora Jefferson seja próximo de Bolsonaro, o fato de o PTB ter deixado o conjunto de siglas aliadas ao deputado do PP colocou em xeque o voto da sigla no líder do centrão.

Isso porque o PSL, que articulou a criação do novo bloco, tem um candidato próprio, Luciano Bivar (PE), e negocia a entrada no grupo de legendas ligadas a Maia. Essa indefinição fez o PTB, que tem 10 deputados, ser disputado pelos pré-candidatos.

Apesar de pessoas próximas de Maia afirmarem que o bloco do qual faz parte o partido de Jefferson vai se aliar ao atual presidente da Câmara, o dirigente partidário diz que já fechou apoio a Lira.

Procurado pela Folha, Jefferson negou ter recebido como condição do Planalto para a liberação de emendas o voto no deputado do PP, mas afirmou que apoiará Lira a pedido do governo.

“Nós, o PTB, vamos apoiar o Lira a pedido do governo. Não existe negociação de emendas para votar no Lira. Isso seria chantagem”, afirmou. Em caráter reservado, integrantes do PROS também negaram.

Desde o ano passado, durante tramitação da reforma da

Previdência, o governo tem combinado com parlamentares a liberação de recursos ou a possibilidade de alocação de verbas em troca da aprovação de certas medidas.

No caso do PLN 30, o acerto é para que os parlamentares possam combinar com as prefeituras a destinação do dinheiro e apadrinhá-lo. Ao menos quatro projetos que abrem crédito extra foram aprovados desde ano passado.

Durante a negociação desde último, que abriu crédito para os ministérios do Desenvolvimento Regional, da Infraestrutura e da Saúde, por exemplo, ficou acertado que cada bancada teria um valor e distribuiria entre seus parlamentares.

Houve partidos que acertaram com o governo carimbar o destino de cerca R\$ 200 milhões, por exemplo.

Caberia a cada líder, porém, decidir qual deputado teria direito à verba e quanto. Por isso, parlamentares se irritaram com a condição estabelecida de conversar com Lira. Embora o PL, por exemplo, seja da base do governo, há defecções no partido de nomes que não apoiam Bolsonaro, assim como também há no PP.

Lira, considerado o principal adversário do grupo de Maia, conta com o apoio de cerca de 160 deputados. Formam o grupo parlamentares de partidos como PL, Solidariedade, Avante, PSD, Patriota, PSC e agora o PTB.

Do outro lado, estão postas as pré-candidaturas de Baleia Rossi (MDB-SP), Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Marcos Pereira (Republicanos-SP) e Elmar Nascimento (DEM-BA).

Esse grupo quer anunciar um novo bloco voltado para a disputa do ano que vem com Cidadania, PSL, DEM, MDB, e PV. Juntos, eles somam 130 parlamentares, pois a parte do PSL mais ligada a Bolsonaro está alinhada a Lira, enquanto outra ala da sigla tenta viabilizar o nome de Bivar.



A briga ganhou novos contornos no final de semana depois de o STF (Supremo Tribunal Federal) barrar a possibilidade de reeleição da atual cúpula do Congresso. O governo está empenhado pela eleição de Lira e, caso o parlamentar não se viabilize, aliados de Bolsonaro defendem um plano B para desmobilizar o grupo de Maia.

O tamanho do empenho do governo dependerá de quem será o adversário de Lira, afirmam auxiliares de Bolsonaro. Por ora, o deputado do PP tem um grande trunfo, que é poder influenciar na liberação e destinação de verbas dos pares no Congresso.

Uma segunda etapa estudada por Bolsonaro para emplacar o aliado na disputa é abrir cargos até no primeiro escalão. Aliados de Lira, inclusive, já tem ofertado cargos em troca de apoios.

Inicialmente, o presidente cogitava fazer uma troca de cadeiras após a eleição na Câmara, como forma de acomodar o grupo que sair vencedor da disputa. Irritado com as cobranças por espaço, porém, considera realizá-la agora em janeiro, podendo fazer nova mudança após a eleição.

Como mostrou a Folha no último domingo (6), as trocas devem envolver inclusive pastas da chamada “cozinha” do Palácio do Planalto, ou seja, que despacham na sede administrativa do Executivo. Uma mudança avaliada como bastante provável, por exemplo, é no comando da Secretaria de Governo.

Para contemplar o PP, partido ao qual já havia prometido um posto ministerial, Bolsonaro considera nomear para a pasta responsável pela articulação política o atual líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PR).

Com a mudança, o general Luiz Eduardo Ramos, que hoje comanda a Secretaria de Governo, seria deslocado para a Secretaria Geral, que ficará vaga com a saída de Jorge Oliveira para assumir o cargo de ministro do TCU (Tribunal de Contas da União).

Além dessa troca, Bolsonaro considera alterar os comandos do Turismo e da Cidadania, como a Folha mostrou em outubro. Ele tem demonstrado insatisfação com os desempenhos dos ministros Marcelo Álvaro Antônio e Onyx Lorenzoni.

Em fevereiro, o novo comando do Senado também será definido, e Bolsonaro tenta emplacar um aliado. Além de definir os projetos que vão a votação, dentre outras funções, os presidentes da Câmara e do Senado estão na linha sucessória da Presidência da República, logo após o vice-presidente.

Por: [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br)

Julia Chaib

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) e-mail:[folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com)/ou e-mail:[adeciopiran.blog@gmail.com](mailto:adeciopiran.blog@gmail.com)

<http://www.folhadoprogresso.com.br/medalha-de-ouro-estudantes-brasileiros-vencem-olimpiada-de-astronomia/>

---

# Sucessão no Senado: veja candidatos e disputa entre partidos após saída de Alcolumbre

Senadora Simone Tebet e o senador Tasso Jereissati durante sessão da CCJ da Previdência (Foto: Adriano Machado / Reuters)

Presidente do Senado ficou incomodado com apoio do Planalto a abaixo-assinado de partidos contra a reeleição de Maia na Câmara, e aposta em sucessor independente do governo

BRASÍLIA – A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contra a possibilidade de reeleição nas Mesas Diretoras do Congresso embaralhou – ainda mais do que na Câmara – o processo de sucessão de Davi Alcolumbre (DEM-AP) no Senado. O atual presidente avisou a aliados que não vai recorrer da decisão e pretende trabalhar por um sucessor independente do governo, do qual era tido como o preferido até então.

Diferentemente de outros anos, a corrida pela eleição do Senado demorou a tomar forma, já que os parlamentares aguardavam a decisão do STF para marcar posição. Caso tivesse aval do Supremo, a vitória de Alcolumbre em eventual votação no plenário era o cenário mais provável, com respaldo de grandes partidos como MDB, PT e PP.

Agora, o mesmo MDB, dono da maior bancada no Senado, com 13 parlamentares, tem pelo menos quatro nomes interessados na vaga, três deles alinhados ao Palácio do Planalto. A candidatura ou não desses senadores pode servir de termômetro para o apoio do governo na Casa. Devem pleitear uma candidatura os líderes do governo no Senado, Fernando Bezerra (PE), e no Congresso, Eduardo Gomes (TO), além do líder do MDB na Casa, Eduardo Braga (AM).

Com perfil mais independente, a senadora Simone Tebet (MS), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), não é alinhada à cúpula da legenda e já falou com pessoas próximas que vai entrar na disputa mais uma vez – em 2019, ela desistiu de concorrer ao ter o seu nome preterido pelo do senador Renan Calheiros (AL) pela maior parte da bancada do partido. Além de ser um nome que consiga reunir apoio de outras legendas, um dos principais desafios do eventual candidato do MDB será reunir consenso dentro da bancada.

Para um integrante do MDB no Senado, a sigla não pode cometer o mesmo erro de dois anos atrás, quando rachou ao ter que decidir entre Renan e Simone. Há, ainda, dúvidas sobre a possibilidade de o MDB perder votos de grupos como o Muda Senado se insistir num candidato alinhado do Planalto. Simone Tebet, neste cenário, surgiria como solução, embora tenha resistências na sua própria bancada.

Parlamentares que defendem o nome dela destacam que seria a primeira mulher a assumir o Senado. Recentemente, a senadora foi citada como possível candidata à Presidência da República em 2022 pelo presidente da legenda, deputado Baleia Rossi. O discurso faz parte da estratégia da sigla de tentar renovar sua imagem.

Alcolumbre ficou incomodado com o apoio do Planalto ao abaixo-assinado de vários partidos contra a possibilidade de reeleição, que tinha o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), como alvo. Ele considera que a pressão contra uma reeleição do presidente da Câmara e uma posição que seria pouco incisiva de Maia em negar uma nova candidatura acabaram por dificultar sua situação. O presidente do Senado disse a interlocutores que não pretende apoiar nomes ligados ao governo. Um dos nomes que tem sido citados por ele é o do atual vice-presidente da Casa, Antonio Anastasia (PSD-MG), que reluta. O PSD tem hoje a segunda maior bancada do Senado, com 12 congressistas.

Outro senador considerado independente ao governo, apesar de ter alinhamento em pautas econômicas, é Tasso Jereissati (PSDB-CE). Enquanto alguns de seus correligionários já anunciaram a sua candidatura, Tasso não formalizou a intenção de disputar a vaga e pode apoiar outro nome, como Tebet.

“Não está cedo nem tarde para trabalharmos o nome de Tasso Jereissati. Nós do PSDB temos 30 dias para mostrar que é o melhor nome nesse momento para aglutinar os apoios necessários”, escreveu o senador Plínio Valério (AM) no Twitter.

Antes mesmo da decisão do STF, os senadores Major Olímpio (PSL-SP) e Jorge Kajuru (Cidadania-GO) anunciaram suas candidaturas, mas têm pouca viabilidade.

Fonte: O GLOBO/Gustavo Maia e Julia Lindner  
08/12/2020 – 04:20

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) e-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com)/ou e-mail: [adeciopiran.blog@gmail.com](mailto:adeciopiran.blog@gmail.com)

<http://www.folhadoprogresso.com.br/medalha-de-ouro-estudantes-brasileiros-vencem-olimpiada-de-astronomia/>

---

# STF barra reeleição no Senado e Câmara dos Deputados

STF barra reeleição de Maia e Alcolumbre (Foto:Reprodução)

Na noite de domingo (6), o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por maioria que os atuais presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Davi Alcolumbre (DEM- AP), não podem ser candidatos à reeleição.

O voto decisivo foi dado pelo presidente do STF, ministro Luiz Fux. O plenário já havia formado maioria para barrar uma nova candidatura de Rodrigo Maia, a situação de Alcolumbre seguia pendente.

O julgamento da ação começou na última sexta e se estende até o fim da próxima semana.

Apesar dos 11 votos já terem sido registrados, os ministros podem mudar de posicionamento até que o resultado seja proclamado.

Por/Jornal Folha do Progresso

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) e-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou) e-mail:

adeciopiran.blog@gmail.com

<http://www.folhadoprogresso.com.br/prazo-para-o-aditamento-dofies-e-prorrogado/>

---

## Senado confirma decisão da Câmara e derruba veto à prorrogação das desonerações

( Foto Reuters © Marcello Casal Jr. ) – **O Senado seguiu a Câmara dos Deputados e rejeitou nesta quarta-feira o veto presidencial que impedia a prorrogação da desoneração da folha de pagamento a mais de 17 setores da economia.**

O veto foi derrubado no Senado com placar folgado: 64 votos a 2. Mais cedo, a Câmara o rejeitou por 430 votos a 33, expressiva maioria dos deputados.

Já esperada pelo Executivo, a derrubada do veto ocorre a partir de negociação do líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-T0). O acordo previa a aprovação de um projeto de crédito suplementar que permite o rearranjo de recursos. A proposta atende a demandas da base aliada, mas retira recursos da educação, apontou a oposição.

Antes da votação, apesar de já conformado com o horizonte de derrota, o governo negociava uma saída para a desoneração. Chegou a acenar com um projeto amplo com benefícios tributários a empresas, mas vinculava a discussão à aprovação de novo imposto nos moldes da extinta CPMF.

A articulação esbarrava, no entanto, na impopularidade da suspensão das desonerações, justamente em um momento de fragilidade social e econômica por conta da crise do coronavírus, e ainda envolta no clima das eleições municipais. Também teve peso o lobby de grandes setores, sob o argumento de manutenção de emprego.

Após a votação, o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), comemorou a rejeição em publicação no Twitter.

“O Congresso Nacional mostra mais uma vez que está ao lado do povo brasileiro. O Brasil está perdendo muitas vidas na pandemia, e não pode perder empregos. O emprego é fundamental para o crescimento econômico, ainda mais em um momento conturbado e triste que estamos vivendo”, tuitou.

“A derrubada do veto à desoneração da folha de pagamentos pelo Congresso garante a manutenção de milhões de empregos no país e abre a possibilidade da geração de novos. Representa ainda maturidade política e relação institucional honesta entre o Legislativo e o Executivo”, acrescentou o senador.

Com a derrubada do veto, fica mantida a substituição, pelos empregadores, do pagamento da contribuição previdenciária de 20% sobre os salários por uma alíquota de 1% a 4,5% da receita bruta, beneficiando especialmente setores intensivos em mão de obra.

Segundo fonte do time econômico a rejeição significará um impacto não previsto de 4,9 bilhões de reais, a ser acomodado no projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2021 para que o Congresso corte despesas discricionárias no mesmo montante para devida compensação.

Como parte do acordo fechado nesta quarta, parlamentares mantiveram veto á proposta que ampliava o rol de beneficiados pelo auxílio emergencial.

Durante a votação da matéria na Câmara, ao anunciar o acordo



que permitiu a votação, o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-T0), lembrou que propostas como a de remanejamento liberam recursos para demandas parlamentares, inclusive da oposição e assumiu o compromisso, avalizado pelo presidente do Congresso de reposição de recursos à educação.

“Eu quero fazer o compromisso da recomposição dos recursos da educação”, lembrando que essa recomposição depende de condições relacionadas a uma outra proposta, retirada da pauta desta quarta.

A derrubada do veto à prorrogação das desonerações marca o fim das tentativas do governo de vincular a discussão à criação de um novo imposto nos moldes da extinta CPMF.

“Essa é uma medida necessária, mas não é uma medida fácil”, disse o líder sobre o veto à desoneração.

“Porque o governo entende que legalmente está abrindo mão de receita sem apontar fonte segura, e todos sabem a situação fiscal do país”, acrescentou, destacando ambiente predominante no Congresso Nacional contrário a colocar em risco o emprego de 6 milhões de pessoas.

A análise de outros vetos considerados polêmicos ficou para a próxima sessão do Congresso, prevista para o dia 18 deste mês. Esse é o caso das negativas presidenciais relacionados ao novo marco legal do saneamento e ao pacote anticrime. Também há expectativa que seja pautado o veto parcial à anistia a dívida de igrejas.

Fonte/ Agência Brasil

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético.

Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) e-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou) e-mail: [adeciopiran.blog@gmail.com](mailto:adeciopiran.blog@gmail.com)

<http://www.folhadoprogresso.com.br/fies-estudantes-podem-renovar-contratos-do-segundo-semester-ate-dia-3011/>

---

**Câmara deixa medida do governo de regularização fundiária na Amazônia perder**

# validade

**O presidente da Câmara, Rodrigo Maia Foto: Najara Araujo / Câmara dos Deputados**

**Em sessão com obstrução, deputados fazem acordo para transformar proposta em projeto de lei com votação na próxima semana;**

BRASÍLIA – Após desentendimentos entre parlamentares na sessão de votação da Medida Provisória (MP) 910, que trata da regularização fundiária na Amazônia, parlamentares decidiram deixar a iniciativa perder validade. A obstrução de partidos de oposição e a manifestação de receio de alguns deputados de centro levou o líder do MDB, Baleia Rossi (SP), a propor que o tema fosse tratado em projeto de lei, a ser votado na próxima semana. A maioria dos líderes aceitou a sugestão e a medida foi retirada de pauta.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tentou desde a semana passada costurar um acordo para votação ocorresse nesta tarde. Caso fosse aprovada pela Câmara, a MP ainda precisaria ser votada pelo Senado até a próxima terça, data-limite para a vigência das novas regras. Com o impasse, ainda em plenário, Maia comunicou por Whatsapp ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, sobre a possibilidade de tratar o assunto por projeto de lei. Segundo o deputado, não houve objeção por parte de Alcolumbre.

Maia avaliou que havia maioria consolidada pela aprovação da matéria, mas levou em conta reclamações da oposição de que o assunto foi pautado com pouca discussão.

**– O que eu proponho é que nós possamos, proposta também já feita pelo MDB, apresentar o projeto na próxima quarta-feira, para que a maioria possa exercer (o seu direito) – disse Maia.**

O texto será o mesmo do relator da MP, o deputado Zé Silva (SD-MG). Ele alterou dois importantes trechos elaborados pelo governo que eram contestados pela bancada ambientalista na Casa. Apesar disso, o grupo se posicionou de forma contrária à votação por entender que o novo conjunto de normas incentiva fraudes e a disputa de terras.

Zé Silva diz que contemplou em seu texto a legislação atual. A MP não vai alterar os marcos temporais para ocupação de terras definidos pelo Código Florestal e pela lei aprovada em 2017 que tratou da regularização fundiária na Amazônia.

**– O que eu fiz como relator? Eu não vou mudar a lei. Vou mandar uma mensagem diferente. Não ocupe mais terras, porque você não vai mais ser mais legalizado pela Câmara – diz Zé Silva.**

Além disso, ele alterou o texto do governo em relação à dispensa de vistoria para que um proprietário receba o título da terra. O governo queria que a dispensa fosse regra em áreas de até 15 módulos fiscais – uma unidade de medida agrária usada no Brasil, que leva diferentes fatores em conta e varia de região para região.

No texto do deputado, há mais facilidades para quem tem área de até um módulo fiscal, sem vistoria. A alteração visa beneficiar os pequenos agricultores e famílias que ainda não conseguiram regularizar sua situação. De dois a seis módulos, haverá dez condições para a regularização. Apesar de a análise do terreno ser feita por “sensoriamento remoto”, por imagens de satélite, o proprietário será obrigado a apresentar, por exemplo, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) regularizado e não ter trabalhadores em condições análogas à escravidão.

**– O pior será não votar. O meu relatório traz segurança jurídica, justiça social. Se não aprovar, o que vai acontecer? Ninguém é dono de nada. Eu tenho a perspectiva de ter 214 mil pessoas atendidas. Se você é dono da sua (terra), você vai**

**cuidar.**

Na Amazônia legal, um módulo fiscal corresponde a no máximo 110 hectares. Como 80% da área precisa ser preservada, de acordo com a legislação ambiental, só 22 hectares podem ser explorados para agricultura ou outras atividades econômicas.

Apesar de considerar as alterações importantes, a bancada ambientalista ainda vê riscos com o texto. Presidente da Frente Ambiental, Rodrigo Agostinho (PSB-SP) diz que o grupo e parte da oposição devem fazer obstrução.

**– Obviamente que regularizar sem vistoria (para até seis módulos) é sempre um risco e o Incra pode estar regularizando em cima de terra indígena, em área quilombola ainda não reconhecida. Então há uma série de conflitos fundiários que podem continuar acontecendo – diz Agostinho.**

O deputado diz que Maia garantiu que não haverá retrocesso nas concessões já feitas pelo relator. Ele diz que, mesmo assim, ainda haverá insegurança jurídica.

– A grande aposta do governo é fazer a regularização de forma autodeclaratória. Então os grileiros, posseiros, quem estiver em terra pública vai se autodeclarar e o governo vai titular, dar o documento. Acontece que o texto estava propondo a autodeclaração para resolver problemas fundiários até 2.500 hectares, sendo que até 1.650 hectares (15 módulos fiscais) não ia precisar de vistoria. E vistoria serve para quê? Primeiro para saber se quem está declarando estar na terra é mesmo essa pessoa. Pode ser que uma pessoa em Santa Catarina se declare posseiro numa terra no Pará, mas ele não está lá. A gente flagrou muita venda de terra pública pela internet nos últimos dias – diz o deputado.

Fonte:0 GLOBO /Bruno Góes -12/05/2020 – 19:40 /

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) E-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com) e/ou e-mail: [adeciopiran.blog@gmail.com](mailto:adeciopiran.blog@gmail.com)

<http://www.folhadoprogresso.com.br/sisu-prouni-e-fies-ja-tem-datas-para-inscricoes/>

---

## **Coronavírus: Câmara aprova projeto que prevê R\$ 600 por mês para trabalhador informal**

Texto vai ao Senado e prevê repasse por 3 meses. Autônomo deverá cumprir requisitos como ter mais de 18 anos e não receber benefício previdenciário ou assistencial.

**Deputados no plenário da Câmara durante a sessão desta quinta-feira (26) – Foto: Michel Jesus/ Câmara dos Deputados**

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (26) um projeto que prevê o pagamento de R\$ 600 a trabalhadores informais por três meses em razão da pandemia do coronavírus. A mulher que for mãe e chefe de família poderá receber R\$ 1,2 mil. A proposta do governo era de R\$ 200 para os trabalhadores informais, o Congresso passou para R\$ 600.

Com a aprovação, o texto seguirá para votação no Senado. Ainda

não há data definida para a análise pelos senadores. O pagamento do auxílio emergencial é limitado a duas pessoas da mesma família.

Segundo estimativa preliminar da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, o impacto fiscal com o auxílio para a União será de R\$ 43 bilhões por três meses. O cálculo não considera ainda as mães chefes de família que poderão receber o auxílio em dobro.

Pela proposta, poderá receber o montante o autônomo que não receber benefícios previdenciários, seguro desemprego nem participar de programas de transferência de renda do governo federal, com exceção do Bolsa Família.

Desde a semana passada, a Câmara e o Senado tem aprovado projetos relacionados ao combate do coronavírus e dos efeitos provocados pela crise.

Em razão das medidas de prevenção contra o coronavírus, a sessão desta quinta foi parcialmente virtual, com a presença de apenas alguns deputados no plenário. Os demais acompanhavam por videoconferência.

## **Entenda o projeto**

O projeto altera uma lei de 1993 que trata da organização da assistência social no Brasil. De acordo com o texto, o dinheiro será concedido a título de “auxílio emergencial” por três meses ao trabalhador que cumprir os seguintes requisitos:

- \*for maior de 18 anos;**
- \* não tiver emprego formal;**
- \* não for titular de benefício previdenciário ou assistencial, beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado o bolsa-família;**
- \*cuja renda mensal per capita for de até meio salário mínimos ou a renda familiar mensal total for de até três salários mínimos;**

**\*que não tenha recebido em 2018 rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70.**

**Outros requisitos para receber o auxílio é:**

**\*exercer atividade na condição de Microempreendedor Individual (MEI) ou;**

**\*ser contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social ou;**

**\*ser trabalhador informal, de qualquer natureza, inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal até 20 de março de 2020.**

Apesar de a previsão inicial de pagamento do auxílio ser por três meses, o relator da proposta, Marcelo Aro (PP-MG), disse que a validade do auxílio poderá ser prorrogada de acordo com a necessidade.

O projeto estabelece ainda que só duas pessoas da mesma família poderão acumular o auxílio emergencial.

Para quem recebe o Bolsa Família, o texto ainda permite que o beneficiário substitua temporariamente o programa pelo auxílio emergencial, se o último for mais vantajoso.

Inicialmente, o auxílio previsto no parecer do relator era de R\$ 500, mas, após a articulação de um acordo com o governo federal, o valor passou a ser de R\$ 600.

Pouco antes, em uma live realizada pelo Facebook, o presidente Bolsonaro havia dito que, após conversar com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o governo defendia inicialmente que o auxílio fosse de R\$ 200, “ele resolveu triplicar”. “Deu o sinal verde”, acrescentou Bolsonaro.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), elogiou a construção de um acordo entre Legislativo e Executivo, relação geralmente marcada por atritos. Maia ponderou que, mesmo com divergências, é preciso haver um ambiente de diálogo para



buscar soluções para “salvar vidas e encontrar o melhor caminho para que a economia sofra menos”.

## **BPC**

O projeto de lei pretende ainda resolver um impasse em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é pago, no valor de um salário mínimo por mês, a idosos ou pessoas com deficiência de baixa renda.

O Congresso Nacional havia ampliado o limite de renda para ter direito ao pagamento do benefício, que valeria já para este ano. Com isso, mais pessoas passariam a ser beneficiadas, elevando as despesas públicas.

O presidente Jair Bolsonaro vetou o projeto alegando que não havia sido indicada fonte de receita, mas os parlamentares depois derrubaram esse veto.

O governo federal, então, recorreu ao Tribunal de Contas da União (TCU) para que a ampliação do limite valesse apenas a partir do ano que vem.

O ministro do TCU Bruno Dantas atendeu o pedido do governo, mas, no último dia 18, voltou atrás e suspendeu a sua decisão por 15 dias.

O projeto aprovado nesta quinta pela Câmara tenta resolver esse imbróglio. O texto define a partir de quando as novas regras passarão a valer. A proposta, porém, cria exceções diante da crise do novo coronavírus.

Pelo projeto, terão direito ao benefício pessoas com mais de 65 anos ou com deficiência que tenham renda familiar per capita:

**igual ou inferior a um quarto do salário-mínimo, até 31 de dezembro de 2020;**

**igual ou inferior a meio salário-mínimo, a partir de 1º de janeiro de 2021.**

No entanto, diante da pandemia do coronavírus, o projeto abre brecha para ampliar o critério da concessão de benefício ainda neste ano.

O benefício poderá ser concedido para quem recebe até meio salário mínimo per capita, em escala gradual a ser definida em regulamento, de acordo com uma série de fatores agravados pela pandemia, como comprometimento socioeconômico familiar.

### **Antecipação**

O projeto também prevê a antecipação do pagamento do auxílio para quem ainda está na fila do BPC para pessoa com deficiência e do auxílio-doença. No caso do BPC, o projeto prevê pagamento de R\$ 600. Para o auxílio-doença, o valor é de um salário mínimo.

### **Metas**

A Câmara votou ainda um projeto de lei que suspende por 120 dias, a contar do dia 1º deste mês, a obrigatoriedade de manter as metas quantitativas e qualitativas exigidas de entidades de saúde que prestam serviço no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O texto vai ao Senado.

Autor do projeto, o deputado Pedro Westphalen (PP-RS) argumenta que, devido à pandemia de coronavírus no país, os hospitais tiveram que redirecionar sua atuação.

Ele pondera que cirurgias marcadas, por exemplo, têm sido canceladas para priorizar o atendimento aos pacientes com Covid. E, por essa razão, os prestadores não têm mais condições de cumprir as metas nesse período.

Como o repasse de recursos é condicionado ao cumprimento das metas, o objetivo do projeto é garantir que as entidades continuem recebendo a verba.

### **Atestado**

A Câmara também aprovou projeto de lei apresentado pelo deputado Alexandre Padilha (PT-SP) que dispensa o trabalhador que estiver doente de apresentar atestado pelo prazo de sete dias, em situação de emergência de saúde, pandemia ou epidemia quando houver imposição de quarentena.

A partir do oitavo dia, no entanto, o empregado precisará apresentar documento de uma unidade de saúde ou um atestado eletrônico, regulamentado pelo Ministério da Saúde, que comprove seu estado de saúde.

Por Luiz Felipe Barbiéri, Fernanda Calgaro e Elisa Clavery, G1 e TV Globo – Brasília  
26/03/2020 21h26

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) E-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou) e-mail: [adeciopiran\\_12345@hotmail.com](mailto:adeciopiran_12345@hotmail.com)

<http://www.folhadoprogresso.com.br/provas-do-enem-2020-podem-ser-adiadas-por-causa-do-coronavirus/>

---

# Atuação do STF é aprovada por 19% e reprovada por 39% dos brasileiros, diz Datafolha

**Ministros e advogados no plenário do Supremo Tribunal Federal durante a sessão de 5 de dezembro de 2019 – Foto: Rosinei Coutinho/SC0/STF**

É a primeira vez que o instituto avalia a percepção da população sobre o tribunal. Taxa dos que consideram o Supremo ruim ou péssimo (39%) é similar à de Bolsonaro (36%).

Pesquisa Datafolha divulgada neste domingo (29) pelo jornal “Folha de S.Paulo” mostra que 19% dos brasileiros avalia a atuação dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) como ótima ou boa. Outros 39% dos consultados avalia a atuação do Supremo como ruim ou péssima.

Para 38% dos ouvidos no levantamento, o trabalho dos 11 ministros que compõem a corte é regular e 4% disseram não saber avaliar.

A pesquisa ouviu 2.948 pessoas nos dias 5 e 6 de dezembro em 176 municípios de todas as regiões do país.

A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Segundo o Datafolha, o nível de confiança é de 95%.

É a primeira vez que o Datafolha consulta a população sobre a atuação do tribunal na mesma escala com que faz com os demais Poderes. Portanto, não há dados anteriores para avaliar possíveis variações na percepção dos brasileiros sobre o trabalho dos ministros do Supremo.

Retrospectiva 2019: dez decisões que marcaram o ano no Supremo  
Neste ano, entre outras decisões, o tribunal criminalizou a homofobia, abriu inquérito para apurar ameaças a ministros e

derrubou a prisão após condenação em segunda instância.

Além disso, viu-se envolvido em uma questão de segurança: o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot afirmou ter entrado armado na sede do STF para matar o ministro Gilmar Mendes. Em resposta, encomendou máquinas de raio-X e ampliou as medidas de segurança.

### **Executivo e Legislativo**

Em dezembro, o Datafolha também ouviu a população sobre a atuação do Executivo e do Legislativo.

Os dados divulgados em 8 de dezembro pelo jornal “Folha de S.Paulo” mostram os seguintes percentuais de avaliação do governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL):

**Ótimo/bom: 30%**

**Regular: 32%**

**Ruim/péssimo: 36%**

**Não sabe/não respondeu: 1%**

No dia 18 de dezembro também foram divulgados os dados da avaliação do trabalho do Congresso Nacional pelos brasileiros.

**A pesquisa Datafolha mostra os seguintes percentuais de avaliação do trabalho dos deputados federais e senadores:**

**Ótimo/bom: 14%**

**Regular: 38%**

**Ruim/péssimo: 45%**

**Não sabe/não respondeu: 3%**

Por G1 – Brasília/29/12/2019 08h56

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) e-mail: [folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br](mailto:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br) e/ou e-mail: [adeciopiran\\_12345@hotmail.com](mailto:adeciopiran_12345@hotmail.com)

<http://www.folhadoprogresso.com.br/resultados-do-enade-2019-sa-o-antecipados-pelo-ministerio-da-educacao/>

---

## **Senado aprova projeto que endurece a legislação contra o crime; texto vai à sanção**

Senadores reunidos em plenário durante a sessão desta quarta-feira (11) – Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

Por acordo, senadores não fizeram alterações no texto aprovado pela Câmara. Projeto reúne propostas de Moro e do grupo de juristas coordenado por Alexandre de Moraes, do STF.

O Senado aprovou nesta quarta-feira (11) o projeto que prevê uma série de medidas para endurecer a legislação penal contra o crime.

O texto aprovado reúne parte do pacote anticrime apresentado pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, e parte do projeto elaborado pela comissão de juristas coordenada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta também conta com alterações promovidas por parlamentares.

Como o texto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e, por

acordo, não foi modificado pelos senadores, o pacote segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro.

A proposta aprovada agora altera o Código Penal e outras leis de segurança pública. Foram retirados do texto, por exemplo, trechos que Moro considerava essenciais, como o item sobre a prisão após condenação em segunda instância e o excludente de ilicitude.

## **Principais pontos**

Saiba os principais pontos do projeto aprovado:

### **Legítima Defesa**

Altera o Código Penal e passa a considerar a legítima defesa de agentes de segurança pública quando se “repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes”. O código entende como legítima defesa, inclusive para civis, se uma pessoa usa com moderação meios necessários para se defender ou proteger uma vítima, repelindo “injusta agressão, atual ou iminente”.

### **Tempo máximo de cumprimento da pena**

Amplia o limite de tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade (prisão, impedimento do direito de ir e vir) de 30 para 40 anos. As penas privativas de liberdade são reclusão (crimes graves), detenção (crimes menos graves) e prisão simples (contravenções penais).

### **Homicídio com arma de uso restrito**

Aumenta a pena do crime de homicídio quando o criminoso usa, na ação, arma de fogo de uso restrito ou proibido. A pena atual é de 6 a 20 anos. Pela proposta, passará para 12 a 30 anos. Atualmente, quem possui arma sem autorização, ilegalmente, está sujeito à pena de reclusão de três a seis anos e multa. O projeto também aumenta a penalidade para reclusão de quatro a 12 anos se a arma for de uso proibido.

## **Comércio ilegal de arma de fogo**

O projeto também endurece a pena nos casos de venda ilegal de arma. A punição atual é reclusão de quatro a oito anos e multa. A proposta aumenta para seis a 12 anos e multa. De acordo com o texto, esta pena valerá também para quem entregar arma, acessório ou munição, sem autorização, para policial disfarçado.

## **Banco Nacional de Perfis Balísticos**

Prevê a criação do Banco Nacional de Perfis Balísticos, para cadastrar armas de fogo e armazenar dados relacionados a projéteis a estojos de munição deflagrados por arma de fogo.

## **Cadeia de custódia**

Cria um conjunto de regras da chamada cadeia de custódia (ações para manter e documentar vestígios coletados em locais onde ocorreram crimes). As regras vão disciplinar a atuação das autoridades desde a coleta de material no local do crime até o descarte.

“Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte”, estabelece o texto.

## **Presos perigosos em presídios federais**

Amplia o período de permanência de presos perigosos em presídios federais. A lei atual prevê prazo máximo de 360 dias. A proposta amplia o período para três anos, renováveis por mais três.

## **Presídios de segurança máxima**

Estados e Distrito Federal poderão construir presídios de segurança máxima ou adaptar as instalações já existentes ao



regime de segurança máxima.

### **Banco de Dados Multibiométrico e de Impressões Digitais**

Cria o Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais para armazenar dados de registros biométricos, de impressões digitais e, quando possível, de íris, face e voz, para subsidiar investigações criminais federais, estaduais ou distritais.

### **'Informante do bem'**

Determina que a administração pública, direta ou indireta, manterá ouvidorias para garantir que "qualquer pessoa tenha o direito de relatar informações sobre crimes contra a administração pública, ilícitos administrativos ou quaisquer ações ou omissões lesivas ao interesse público".

### **Confisco alargado de bens**

Nos casos com pena máxima superior a 6 anos de prisão, a Justiça poderá decretar a perda dos bens obtidos a partir do crime. Os bens recolhidos serão equivalentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e o valor da sua renda.

### **Acordo de não persecução penal antes da denúncia**

Pelo texto, o Ministério Público pode propor o acordo, antes da denúncia, se o investigado tiver confessado a prática do crime, desde que cometido sem violência ou grave ameaça. A infração penal deve ter pena menor que quatro anos.

### **Decisões colegiadas em casos de organização criminosa**

Amplia os crimes que podem ser julgados por varas criminais colegiadas. A possibilidade de decisão colegiada já existe em lei, para o caso de crimes de organização criminosa. A nova redação prevê o uso desse recurso também no caso do crime de associação criminosa armada.

## **Prescrição da pena**

Inclui uma nova hipótese em que pode ser suspensa a contagem da prescrição de penas: quando houver recursos pendentes de julgamento em tribunais superiores. A prescrição ocorre quando termina o prazo para que a Justiça promova a punição contra um acusado de crime. A prescrição varia de acordo com o delito e a pena aplicada no caso concreto.

## **Juiz das Garantias**

Cria a figura do Juiz das Garantias, que passará a ser o “responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais”. Caberá a ele atuar na fase da investigação, decidir, por exemplo, sobre a autorização de quebra dos dados resguardados por sigilo constitucional. Atualmente, o juiz que participa da fase de inquérito é o mesmo que determinará a sentença.

## **Defesa de agentes de segurança**

O Estado deverá disponibilizar defensores aos agentes de segurança investigados por fatos relacionados à atuação em serviço.

## **Progressão de pena**

A progressão do regime será feita de acordo com os percentuais de pena já cumpridos pelos condenados e com o tipo de crime cometido – os percentuais vão variar de 16% (para o condenado por crime sem violência ou grave ameaça) até 70% da pena (para o condenado reincidente por crime hediondo ou equiparado com resultado morte).

## **Crimes contra a honra**

Aumenta as penas dos crimes contra a honra (calúnia, difamação, injúria) cometidos na internet. Nesse caso, a pena pode ser aplicada até o triplo.

## **Saída temporária em caso de crime hediondo com morte**

O texto proíbe a saída temporária da prisão aos condenados por crime hediondo que resultaram em morte. A saída temporária é um benefício concedido a quem cumpre pena em regime semiaberto, em datas específicas.

## **Delação premiada**

Muda regras sobre delação premiada. Pelo texto, há a obrigação de o colaborador narrar apenas os atos ilícitos relacionados diretamente com os fatos investigados.

O texto prevê que nenhuma medida cautelar ou recebimento de denúncia poderá ser decretada ou apresentada apenas com as declarações do delator.

Determina também que o Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia se a proposta de acordo de colaboração tiver sido apresentada sem que as autoridades responsáveis pela investigação criminal tivessem conhecimento prévio da infração.

Estabelece ainda que o acordo e os depoimentos do delator serão mantidos em sigilo até o recebimento da denúncia ou da queixa-crime. E estabelece que, se o acordo de colaboração não for confirmado, o celebrante (o MP ou polícia) não poderá utilizar as informações ou provas apresentadas para qualquer outra finalidade.

## **Tribunal do Júri**

Recurso apresentado contra decisão condenatória do Tribunal do Júri a uma pena igual ou superior a 15 anos de reclusão não terá efeito suspensivo.

Como foi a sessão

Durante a votação, vários senadores se manifestaram sobre a proposta. Simone Tebet (MDB-MS), presidente da Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ), disse que a proposta aprovada preserva 80% do projeto anticrime apresentado pelo ministro Sergio Moro.

**“Eu quero aqui dizer que, se hoje entregamos à nação um pacote anticrime que – não é verdade, não está desidratado – tem aqui esse pacote 80% do projeto inicial do ministro da Justiça”, afirmou.**

**Relator do texto no Senado, senador Marcos do Val (Pode-ES), afirmou que a proposta é um “desejo de toda a sociedade”.**

“Nas últimas eleições, todo mundo sabe que a pauta da segurança pública era a pauta principal, mais do que a própria saúde, mais do que a própria educação, que sempre foi uma pauta importante para os brasileiros”, disse o parlamentar do Espírito Santo.

Líder do PT na Casa, Humberto Costa (PT-PE) disse que o texto apresentado pelo ministro Sergio Moro tinha “como foco” a redução de direitos e garantias penais, mas que o Legislativo melhorou o projeto.

“[A proposta] trazia como eixo o endurecimento da legislação penal, o endurecimento das condições de execução das penas, além da adoção de um conjunto de instrumentos estranhos à nossa legislação e que foram, felizmente, retirados do pacote originalmente chamado de pacote Moro, e isso aconteceu graças à articulação de vários parlamentares que compuseram aquele grupo técnico de entidades da sociedade civil vinculadas ao Direito e que conseguiram convencer parlamentares, além de convencer a própria sociedade, do equívoco de medidas propostas naquele projeto inicial. Entre elas, o chamado excludente de ilicitude, que, ao que tudo indica, o governo pretende mandar para esta Casa novamente e que nada mais é do que autorização para matar. Felizmente, essa, que era uma das bandeiras do Ministro da Justiça, foi retirada no grupo de trabalho”, disse o petista.

Rogério Carvalho (PT-SE) pediu ao líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), que converse com Jair Bolsonaro para que “conquistas” do texto não sejam vetadas.

Por Sara Resende e Gustavo Garcia, TV Globo e G1 – Brasília  
11/12/2019 21h14

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: WWW.folhadoprogresso.com.br E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br e/ou e-mail: adeciopiran\_12345@hotmail.com

<http://www.folhadoprogresso.com.br/encceja-nacional-2019-conteplados-podem-solicitar-os-certificados-confira/>